

PROVA OBJETIVA

GRUPO I
CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS
ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL
TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

1. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada, contudo, a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregado interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;
- b) garante a plena liberdade de associação para fins lícitos, não podendo ninguém ser compelido a permanecer associado, salvo nas hipóteses de filiação a sindicato de trabalhadores em que há a obrigatoriedade de manter-se filiado;
- c) assegura o direito de propriedade, que atenderá a sua função social, permitindo, porém, o uso de propriedade particular pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público, sem indenização ulterior ao proprietário, se houver dano;
- d) garante o direito de propriedade, que atenderá a sua função social, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ou ainda as hipóteses de usucapião rural ou urbano, inclusive de imóveis públicos, e de nulidade de títulos de domínio de terras indígenas.

2. AOS ACUSADOS EM GERAL E AOS LITIGANTES:

- a) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita desde que aleguem insuficiência de recursos, mesmo se não forem reconhecidamente pobres, na forma da lei;
- b) a Constituição garante a gratuidade das ações de Mandado de Segurança, Habeas Corpus e Habeas Data;
- c) em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- d) é garantido o devido processo legal, não podendo em nenhuma hipótese ser privados temporariamente de sua liberdade ou de seus bens antes do trânsito em julgado de sentença penal ou civil condenatória, salvo se admitidos, no processo, provas obtidas por meios ilícitos.

3. A PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS:

- a) é norma que depende ainda da assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo do Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, uma vez que a Constituição nada estabelece sobre a matéria;
- b) é princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil;
- c) somente poderá ser cogitada como princípio constitucional se as autoridades brasileiras adotarem a federalização dos crimes contra os direitos humanos;
- d) somente diz respeito aos direitos e garantias expressos na Constituição Federal, não incluindo normas decorrentes de tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

4. A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR:

- I. é privativa da União Federal quando se tratar de trânsito e transporte, inclusive normas para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;
- II. sobre direito ambiental é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, limitando-se a competência da primeira a estabelecer normas gerais que não excluem a competência suplementar dos Estados;
- III. é concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios quando se tratar de procedimentos em matéria processual, assistência jurídica e defensoria pública.
- IV. sobre direito civil, comercial, penal e processual, é exclusiva da União Federal, não se admitindo em nenhuma hipótese autorização aos estados para legislar sobre questões específicas das matérias objeto destes ramos do Direito.

Analisando-se as asserções acima pode-se afirmar que:

- a) nenhuma está correta;
- b) todas estão corretas;
- c) estão corretas as de números I, II e III;
- d) somente a de número II está correta.

5. OS ESTADOS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA:

- a) têm plena capacidade de auto-organização, regendo-se pelas Constituições que adotarem com base no Poder Constituinte originário decorrente da Assembléia legislativa Estadual;
- b) têm autonomia administrativa mas não política, regendo-se por normas e princípios estabelecidos na Constituição da República e devendo respeitar a autonomia política municipal;
- c) organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal;
- d) organizam-se com plena autonomia política e administrativa, nos termos das respectivas Constituições Estaduais, observados obrigatoriamente apenas os chamados princípios sensíveis da Federação.

6. O CONGRESSO NACIONAL:

- I. é composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que a primeira representa os Estados e o segundo o povo, representação democrática estabelecida nos termos de lei complementar sempre proporcionalmente à população sem limites máximo ou mínimo.
- II. adota o sistema bicameral, composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, parâmetro que deve ser seguido pelas Constituições Estaduais quanto à organização do Poder Legislativo;
- III. é composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo os Deputados representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, e os senadores representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- IV. adota o sistema bicameral, composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo os Deputados eleitos pelo sistema proporcional e os Senadores segundo o princípio majoritário, aplicando-se aos Deputados Estaduais as normas da Constituição Federal sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) estão corretas as de números III e IV;
- b) as de números II e III estão corretas;
- c) somente as de números I e II estão corretas;
- d) apenas a de número III está correta.

7. AS IMUNIDADES PARLAMENTARES, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO:

- a) são materiais e processuais, incluindo a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos, não podendo os Deputados e Senadores ser processados senão mediante prévia licença da respectiva Casa do Congresso Nacional;
- b) sejam as materiais, ou as processuais, aplicam-se desde a expedição do diploma aos Deputados Federais, aos Senadores da República, aos Deputados Estaduais e aos Vereadores, em todo o território nacional;
- c) asseguram aos Deputados e Senadores a inviolabilidade, civil e penal, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, e a possibilidade de sustação de ação penal em andamento no Supremo Tribunal Federal, após recebida a denúncia, por iniciativa de partido político representado na Casa respectiva do Congresso Nacional e pelo voto da maioria de seus membros;
- d) são suspensas durante a vigência do estado de defesa e do estado de sítio, período em que também será decretado o recesso do Congresso Nacional.

8. A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

- a) cuja matéria tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa pelo voto da maioria absoluta dos membros ao Congresso Nacional;
- b) não será objeto de deliberação se tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes, e os direitos e garantias individuais;
- c) será discutida e votada pelo Congresso Nacional, em Sessão das duas Casas, considerando-se aprovada se obtiver, em votação única, três quintos dos votos de seus membros;
- d) poderá ser feita pelo Presidente da República, pelo Presidente do Congresso Nacional, pelo Presidente -do Supremo Tribunal Federal ou ainda por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

9. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

- I. em caso de relevância e urgência, poderá editar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las à aprovação do Congresso Nacional no prazo máximo de trinta - dias, após o qual, se não forem convertidas em lei, nem reeditadas, perderão sua eficácia;
- II. em caso de urgência e relevância, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, sobre qualquer matéria, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo que, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, perderão eficácia desde a edição;
- III. poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, em casos de relevância e urgência, salvo sobre as matérias vedadas pela Constituição, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional;
- IV. poderá reeditar, na mesma sessão legislativa, medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

10. AO SUPREMO TRIBUNAL COMPETE:

- I. julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas pelos tribunais quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição, der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal, inclusive o próprio Supremo Tribunal Federal, ou ainda negar vigência a tratado ou lei federal ao declarar a sua inconstitucionalidade;
- II. processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, ambas de lei ou ato normativo federal ou estadual, e ainda a arguição de descumprimento de preceito fundamenta;

- III. julgar, mediante recurso ordinário, o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se concessiva ou denegatória a decisão;
- IV. processar e julgar originariamente a extradição solicitada por Estado Estrangeiro.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) estão corretas as de números I, II e III;
- b) apenas a de número IV está correta;
- c) somente a de número II está correta;
- d) estão corretas as de números I, III e IV.

11. NO CONTROLE JURISDICCIONAL CONSTITUCIONALIDADE:

- I. podem os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do
- II. produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder judiciário e ao Poder Executivo, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- III. na hipótese de recurso extraordinário em cujo julgamento lei seja declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, compete privativamente ao Senado Federal suspender sua execução, no todo ou em parte;
- IV. deverá ser previamente ouvido em todas ações de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Procurador-Geral da República, que pode também propor ações diretas de inconstitucionalidade ou ações declaratórias de constitucionalidade.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) somente as de números I e II estão corretas;
- b) estão corretas apenas as de números III e IV;
- c) todas estão corretas;
- d) somente as de números II e III estão corretas.

12. AO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- I. incumbe promover, com exclusividade, o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio Público social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- II. compete zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III. cabe exercer o controle interno da atividade policial, nas delegacias e penitenciárias, e o controle externo mediante auxílio do Tribunal de Contas e procedimentos administrativos de fiscalização;
- IV. incumbe promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas;
- b) as de número I, III e IV estão corretas;
- c) estão corretas as de números II e IV;
- d) somente as de números I, II e IV.

13. A SAÚDE É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO:

- a) cabendo à União Federal e aos Estados organizar e financiar, com exclusividade, o sistema único de saúde com a participação da comunidade;
- b) sendo vedado à iniciativa privada a assistência à saúde por meio do sistema único de saúde implementado exclusivamente pelo poder público;

- c) devendo as ações e os serviços públicos e privados de saúde integrar rede nacional centralizada e hierarquizada com direção única no Governo Federal;
- d) podendo as instituições privadas participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

14. A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA:

- a) sendo o acesso ao ensino privado e gratuito, mediante bolsas de estudo, direito público subjetivo;
- b) assegurado o ensino religioso, de matrícula obrigatória, nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental;
- c) devendo a União Federal aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- d) não podendo ser destinados recursos públicos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas.

15. AO ESTADO:

- a) incumbe a exploração direta da atividade econômica visando ao bem estar social e a valorização do trabalho humano;
- b) compete, sempre diretamente, prestação dos serviços públicos;
- c) como agente normativo e regulador da atividade econômica, cabe exercer, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;
- d) incumbe disciplinar, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, sendo vedado o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País.

16. A FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA NO ÂMBITO FEDERAL:

- a) é exercida, com exclusividade, mediante controle, pelo Tribunal de Contas da União;
- b) cabe ao Ministério Público Federal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União segundo parecer prévio, e ainda à Comissão de Tomadas de Contas da Câmara dos Deputados;
- c) incumbe ao Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- d) compete à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

17. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) ato administrativo discricionário é aquele em que o poder de agir da Administração é completamente livre, inclusive no que diz respeito à competência para a prática do ato;
- b) o mérito do ato administrativo, assim entendido como o aspecto deste referente à sua oportunidade e conveniência, está sempre presente, tanto nos atos vinculados, quanto nos discricionários;
- c) o mérito do ato administrativo, tal como conceituado no item "b" acima, pode, em qualquer caso, ser amplamente revisto pelo Poder judiciário;
- d) o deferimento da licença para tratar de interesses particulares, prevista no Estatuto do Ministério Público Federal, não é ato vinculado.

18. SERVIDORA DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO CUJA EXONERAÇÃO SE PODE DAR *AD NUTUM*, FOI EXONERADA EM RAZÃO DE QUE PARENTE SEU, EM SEGUNDO GRAU, FORA NOMEADO MEMBRO DA CORTE. DEMONSTRADO QUE, NO CASO, A NOMEAÇÃO DO MAGISTRADO

NÃO IMPEDIRIA, DO PONTO DE VISTA JURÍDICO, A PERMANÊNCIA DA SERVIDORA NO CARGO REFERIDO, ASSINALE QUAL DAS ALTERNATIVAS ABAIXO SE MOSTRA CORRETA:

- a) a exoneração em questão não pode ser revista pelo judiciário, pois se trata de ato discricionário;
- b) o ato deve ser revogado pela própria administração;
- c) o ato pode ser anulado pela própria Administração, mas, tendo em vista ser discricionário, não está sujeito a revisão judicial;
- d) levando em conta a teoria dos motivos determinantes, o ato pode ser anulado tanto pela própria Administração quanto pelo Poder judiciário. '

19. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a requisição administrativa de bem móvel fungível equivale à desapropriação, pois ambas dependem, para sua efetivação, de prévia autorização judicial;
- b) a restrição de todos os poderes inerentes ao domínio de um bem, efetivada pelo Poder Público, pode ser feita mediante tombamento;
- c) o tombamento de bem particular, por restringir o exercício dos atributos do direito de propriedade, gera, sempre, direito a indenização;
- d) nenhuma das alternativas acima está correta.

20. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) apenas à União é dado desapropriar imóvel rural;
- b) todos os entes políticos podem ser sujeitos ativos de desapropriação por utilidade pública;
- c) a propriedade produtiva não pode ser objeto de desapropriação por necessidade pública.
- d) não é permitida, em hipótese alguma, a desapropriação de bem público.

21. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) não é necessária, na modalidade de licitação denominada "convite", a publicação de edital
- b) ao contrário da concessão de serviço público, que devera se precedida de licitação a permissão de serviço público não depende de licitação;
- c) a interpretação, pela autoridade administrativa, dos casos de dispensa de licitação dever, em razão do princípio da liberdade de iniciativa, ser extensiva;
- d) as sociedades de economia mista, por se sujeitarem ao regime jurídico próprio das empresas privadas, não são obrigadas a licitação pra contratação de obras, serviços, compras e eliminações.

22. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) ao contrario das empresas publicas, que são dotadas de personalidade jurídica de direito publico, as sociedades de economia mista tem personalidade jurídica de direito privado.
- b) as sociedades de economia mista podem ser organizadas sob a forma de sociedade civil ou comercial.
- c) e possível, na esfera federal, que empresa publica seja organizada sob a forma de sociedade civil;
- d) as autarquias, por serem dotadas de personalidade jurídica de direito publico, compõem a administração direta.

23. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o servidor publico, nomeado para cargo de provimento efetivo em razão de concurso público, adquire estabilidade após dois anos de exercício efetivo;
- b) o membro do Ministério Publico Federal, após adquirir estabilidade, só poderá perder o

- c) o procedimento de avaliação periódica de desempenho, instituído pela Emenda Constitucional n 19/98, pode levar o membro do Ministério Público federal a perda do cargo
- d) nenhuma das alternativas esta correta.

24. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) as chamadas "clausulas exorbitantes", por conferirem privilégios a administração, desequilibram o contrato administrativo em seu favor e, por isso, são consideradas ilegais.
- b) a rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público não gera direito a ressarcimento de prejuízos em favor do particular, por o interesse da coletividade deve prevalecer sobre o individual
- c) e possível a alteração do contrato administrativo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da avenca na hipótese de superveniência de fatos previsíveis, mas de conseqüências incalculáveis, que retardem ou impeçam a execução do que foi contratado
- d) a autorização de uso de bem público se faz mediante contrato administrativo e, por isso mesmo, tem entre suas características a comutatividade.

25. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o ato praticado pelo "agente ou funcionário de fato" e sempre nulo, não importando a aparência, ou não, de legalidade;
- b) a revogação de um ato administrativo opera efeitos "ex nunc"
- c) insere-se entre as competências do Ministério Público federal a propositura de ações pra declaração de nulidade de atos ou contratos geradores do endividamento externo de autarquias federais.
- d) o instituto da retrocessão consiste na promessa, feita pelo Poder Público expropriante, de revenda do bem ao expropriado após o decurso do prazo acordado entre as partes.

26. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) os bens dominicais do Estado , por estarem afetados a fins públicos específicos , não podem ser alienados, a não ser que sejam previamente desafetados.
- b) os bens de uso comum do povo, enquanto mantiverem sua natureza, não podem ser objeto de alienação;
- c) os bens de uso especial podem ser alienados pela Administração independentemente de desafetação.
- d) nenhuma das alternativas esta correta;

27. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) as usinas que operem reator nuclear terão sua localização definida em lei complementar;
- b) as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental, assim definidas em lei, pertencem à União;
- c) levando em consideração a necessidade de proteção do meio ambiente, o Estado não favorecerá, de modo algum, a organização da atividade garimpeira;
- d) nenhuma das alternativas está correta.

28. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) o combate à poluição, em qualquer de suas formas, é da competência exclusiva da União;
- b) situa-se no âmbito da legislação concorrente a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente;
- c) tendo em vista o princípio da descentralização administrativa, é da competência

- exclusiva dos estados-membros a preservação das florestas;
d) nenhuma das alternativas está correta.

29. É CORRETO DIZERER QUE O DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO E O DIREITO TRIBUTÁRIO PENAL.

- a) constituem um só subsistema do direito tributário;
- b) constituem um só subsistema do direito penal;
- c) não ostentam divergência dos conceitos que neles se contem;
- d) apesar da similaridade entre as duas expressões, há ampla divergência dos conceitos que nelas se contêm.

30. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) a denuncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros da mora, somente exclui a responsabilidade tributaria, em qualquer hipótese, se não houver se iniciado medida de fiscalização
- b) a simples postergação do pagamento do débito tributário pode caracterizar-se como ilícito fiscal;
- c) evasão e elisão, como forma de evitar a tributação, conceitualmente não se distinguem;
- d) a denúncia espontânea é direito subjetivo do contribuinte e pressupõe sempre a
- e) prática de ilícito tributário.

31. NA EXECUÇÃO FISCAL, A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

- a) admissível independente de estar seguro o juízo;
- b) não é admissível;
- c) somente será admitida, havendo expressa previsão legal;
- d) somente é admitida se simultaneamente, forem interpostos os embargos do devedor.

32. NO TOCANTE À COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA INSTITUIR O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS), É CORRETO DIZER:

- a) que somente ela pode ser exercitada em relação àqueles serviços que estiverem contemplados em lei complementar;
- b) ser tributável pelo ISS toda e qualquer espécie de circulação de bens imateriais ou incorpóreos;
- c) que a lista de serviços anexa ao Decreto-lei 406/68 é taxativa;
- d) que a lista de serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, é exemplificativa, sob pena de quebra do princípio da independência municipal;

33. "A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA PODERÁ DESCONSIDERAR A TOS OU NEGÓCIOS JURÍDICOS PRA TICADOS COM A FINALIDADE DE DISSIMULAR A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DO TRIBUTO OU A NATUREZA DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS A SEREM ESTABELECIDOS EM LEI ORDINÁRIA" (CTN, ART. 116, PARÁGRAFO ÚNICO E LC 104/2001). SEGUNDO ESTE PRECEITO, ESTAMOS DIANTE:

- a) do princípio da desconsideração da pessoa jurídica;
- b) da regra que mitiga a violação ao princípio da liberdade de contratar.
- c) da regra da anti lesão
- d) do princípio da legalidade mitigada.

34. A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DE DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA CPMF - CONFIGURA:

- a) confisco de rendimentos;

- b) bitributação;
- c) ofensa aos princípios da legalidade e da isonomia;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é verdadeira.

35. CONSIDERADO O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, É CERTO AFIRMAR QUE A CRIAÇÃO DE NOVOS TRIBUTOS OU A MAJORAÇÃO DOS EXISTENTES:

- a) pode ocorrer mediante edição de medida provisória;
- b) somente pode ocorrer mediante lei em sentido formal;
- c) pode ocorrer mediante edição de medida provisória somente se se tratar de taxa que tenha base de cálculo própria de impostos;
- d) somente pode ocorrer mediante lei em sentido formal, de iniciativa do chefe do poder executivo do ente político respectivo, a que a Constituição, atribui o poder de tributar.

36. A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO PATRIMÔNIO E RENDA DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CF, ART. 150, VI, c):

- a) alcança a renda de qualquer natureza e em qualquer circunstância;
- b) se aplica para afastar a incidência do IPTU sobre imóveis de propriedade dessas instituições, ainda quando alugados a terceiros;
- c) na hipótese da alínea anterior ("b") desde que a renda dos aluguéis seja aplicada em suas finalidades sociais;
- d) na hipótese das alíneas anteriores ("b" e "c"), não incide a imunidade tributária porque a natureza do imposto é real.

37. NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (CF, ART. 150, § 7º), É CERTO DIZER QUE:

- a) há responsabilidade solidária;
- b) segundo o Supremo Tribunal Federal, a restituição restringe-se apenas às hipóteses de não vir a ocorrer o fato gerador presumido;
- c) assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor pago, por força da substituição tributária em qualquer hipótese.
- d) conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a venda efetivada mediante preço menor que o valor estabelecido na pauta fiscal enseja o direito à compensação de quem suportou o ônus tributário.

38. OS DESVIOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS REALIZAM-SE MEDIANTE UM DESTES PROCEDIMENTOS:

- a) repasse aos Municípios, pelos Estados, de percentual maior a título de compensação financeira;
- b) contingenciamento de despesas;
- c) aplicação do princípio orçamentário da exclusividade;
- d) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

39. A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA É REALIZADA MEDIANTE:

- a) controle interno de cada Poder, circunscrito à avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual;
- b) controle externo do Poder legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, cujo parecer vincula a deliberação daquele;
- c) estrita e exclusiva observância do princípio da legalidade;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é verdadeira.

40. À VISTA DA LEI DE RESPONSABILIDADE (LC 101/2000) É CORRETO ASSEVERAR QUE:

- a) não se aplicam às licitações relativas a alienações, concessões e permissões os

- procedimentos previstos no *caput* do art. 16;
- b) conforme o art. 15, são consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público tão só as despesas realizadas sem a observância as regras dos arts. 16 e 17;
 - c) a realização de despesas consideradas irrelevantes, nos termos que dispuser a lei de Diretrizes Orçamentárias, também se subordina às regras do art. 16, *caput*;
 - d) possibilitar a sobra de recursos a fim de ensejar a amortização do montante da dívida e intenção remota.

GRUPO II
ECONOMICO E CONSUMIDOR CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

41. OS ATOS DE CONCORRÊNCIA DESLEAL PURAMENTE CONSIDERADOS CARACTERIZAM-SE COMO:

- a) abuso do poder econômico;
- b) condutas indenizáveis pela via civil e eventualmente reprimíveis por meio da ação penal privada;
- c) abuso do poder econômico porque o bem jurídico diretamente tutelado é o consumidor;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

42. É CORRETO DIZER QUE A CHAMADA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL:

- a) restringe-se ao Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, da Carta da República;
- b) como em alguns países que adotam tipo de economia mista, não pode assim denominarse, mas considerar-se uma estrutura de princípios gerais programáticos;
- c) não se restringe aos artigos contidos no Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, mas tem sua expressão e seu conteúdo em diversos outros tópicos da lei Magna; preocupa-se primordialmente com a repressão ao abuso do poder econômico e a função social da propriedade privada.

43. DETERMINADA PRÁTICA RESTRITIVA DE CONCORRÊNCIA PODE OBTER UMA AUTORIZAÇÃO. INDIQUE EM QUE HIPÓTESE ABAIXO:

- a) caso acarrete melhoria de bens;
- b) caso propicie melhoria da produção mesmo com .abuso de posição dominante;
- c) na de terceiro prejudicado que poderá propor ação, buscando perdas e danos;
- d) a legislação brasileira não admite a autorização como a admite o sistema antitruste europeu.

44. PELA LEI 8.884/94,, TODOS OS NEGÓCIOS RESTRITIVOS DA CONCORRÊNCIA SÃO:

- a) celebrados sob cláusula suspensiva;
- b) celebrados sob cláusula resolutiva tácita;
- c) celebrados, antes, porém, precedidos de aprovação e registro pelo Conselho administrativo de Defesa Econômica - CADE;
- d) considerados proibidos por configurarem atos anti-concorrenciais

45. INDIQUE OS MEIOS DIRETOS DE QUE PODE LANÇAR MÃO O ESTADO NA CONDUÇÃO DE SUA POLÍTICA ECONÔMICA ANTE O MODELO ADOTADO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- a) instrumentos de finanças públicas;
- b) instrumentos monetários e creditícios;
- c) instrumentos cambiais
- d) o contingenciamento do comércio exterior e assunção de atividade empresarial.

46. QUANDO AGENTES REVENDEDORES DE DERIVADOS DO PETRÓLEO SE

ACERTAM PARA ESTABELEECER PREÇOS UNIFORME DESSES PRODUTOS, EM DETERMINADA REGIÃO , ESSA PRÁTICA:

- a) não se configura como infringente da lei Antitruste eis que esses acordos partem de pequenos agentes detentores de reduzido poder economico atuante em restrito setor da economia;
- b) conceitua-se, segundo os mercados relevantes em que atuam, como acordo vertical;
- c) constitui atuação cartelizada, visto que pode eliminar ou diminuir a concorrência;
- d) não constitui cartel por lhe faltar o fato durabilidade.

47.A RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE OS COOPERADOS E A COOPERATIVA HABITACIONAL, NO CASO DE EXCLUSÃO DE ASSOCIADO POR DESISTÊNCIA OU RESCISÃO DE CONTRATO, NO TOCANTE À DISCIPLINA DOS VALORES PÁGOS:

- a) rege-se pelo Código de Defesa do Consumidor;
- b) somente se rege pelo Código de Defesa do Consumidor se o imóvel não se destinar à 'prática de comércio';
- c) rege-se pelas regras estatutárias;
- d) rege-se pelas regras estatutárias que não forem colidentes com as disposições protetivas do Código de Defesa do Consumidor.

48.O CONCEITO DE CONSUMIDOR ADOTADO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR É DE CARÁTER:

- a) jurídico;
- b) comercial;
- c) misto e de sentido sociológico;
- d) meramente econômico.

49. ANTE O SISTEMA ADOTADO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, É CERTO ASSEVERAR QUE:

- a) ao consumidor incumbe sempre a prova do dano e o nexo de causalidade entre o dano e o produto;
- b) o caso fortuito e a força maior são excludentes do dever de indenizar por parte do fornecedor;
- c) a responsabilidade subjetiva nele presumida é a do risco integral;
- d) a responsabilidade civil objetiva nele prevista é a do risco integra.

50.SEGUNDO A ORDEM ECONÔMICA INSERIDA NA ATUAL CONSTI TUIÇÃO, PODE-SE AFIRMAR QUE O ESTADO:

- a) passou ao mesmo tempo a regulamentar e atuar no domínio econômico.
- b) é um garantidor da ordem liberal;
- c) é primacialmente intervencionista;
- d) não é mais o potencial sustentáculo de atividades deficientes.

51.ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) Falecendo um dos credores solidários que deixa dois herdeiros, qualquer um destes pode sempre, individualmente, exigir e receber integralmente à parte que no crédito cabia ao de *cujus*.
- b) A deserdação é a exclusão, por disposição testamentária, dos herdeiros legítimos.
- c) Ao portador de deficiência física pode ser nomeado curador para cuidar de seus negócios.
- d) A quota é sempre indivisível em relação à sociedade.

52.ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) A declaração do juiz na celebração do casamento civil tem natureza constitutiva.

- b) As partes, de comum acordo, podem alterar os prazos de prescrição.
- c) Quando o devedor obriga-se a usar de prudência e diligência normais na prestação de certo serviço para atingir um resultado, estamos diante de uma obrigação de resultado.
- d) O reconhecimento de filho, quando feito em testamento, pode ser revogado.

53. ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) Havendo comoriência o direito brasileiro estabelece a presunção *juris et de jure* da simultaneidade das mortes.
- b) Ocorrendo desmembramento territorial posterior ao registro de imóveis, não é necessária sua repetição no novo cartório.
- c) O fiador fica desonerado da obrigação prevista no contrato sempre que o credor conceder moratória ao devedor.
- d) O lugar estabelecido para o domicílio de algumas pessoas configura o domicílio Necessário mas trata-se de presunção *juris tantum*

54. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) Todo bem consumível é necessariamente fungível.
- b) O encargo ilícito ou impossível nunca gera a invalidade do negócio jurídico, visto que se considera não escrito.
- c) O contratos de mutuo e de seguro são consensuais.
- d) o ato praticado por um cônjuge sem a outorga do outro é anulável, mas a superveniente aprovação por este ultimo, ainda que feita em documento particular autenticado, torna-o valido.

55. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) O poder de resilir unilateralmente o contrato tem a natureza jurídica de um direito potestativo.
- b) A transformação de uma sociedade sempre depende do consentimento de todos os sócios.
- c) A aquisição superveniente da propriedade não torna eficaz as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
- d) Todos herdeiros necessários são obrigados à colação.

56. ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) Em razão da inexecução de uma obrigação de pagamento em dinheiro, se o credor demonstrar que os juros de mora não cobrem o prejuízo, o juiz pode conceder-lhe indenização suplementar, ainda que esteja prevista pena convencional.
- b) O seguro de um interesse por menos do que valha acarreta sempre a redução proporcional da indenização, no caso de sinistro parcial.
- c) O sócio admitido em sociedade já constituída pode ser responsabilizado pro dividas sociais anteriores ao seu ingresso.
- d) As regras relativas à guarda e prestação de alimentos aos filhos menores não se aplicam aos maiores incapazes.

57. ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) As alienações feitas pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé são eficazes, ainda que realizadas a título gratuito.
- b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- c) Os efeitos da adoção começam sempre a partir do trânsito em julgado da sentença respectiva.
- d) Enquanto não pago integralmente o preço, a coisa consignada não pode ser objeto d e penhora ou seqüestro pelos credores do consignatário.

58. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) A instituição de herdeiro sob condição captatória não invalida a disposição testamentária.
- b) O gestor de negócios responde pelo caso fortuito se a gestão for iniciada contra a vontade manifesta ou presumível do dono do negócio, sendo irrelevante a prova de que o caso fortuito teria sobrevindo ainda que se houvesse absterido.
- c) A presunção de que a concepção verificou-se na constância do casamento não é afastada em relação aos filhos havidos a qualquer tempo, em razão de concepção artificial homóloga.
- d) Se não for anulado o negócio jurídico em que se verificou dolo de terceiro, este não poderá ser responsabilizado por perdas e danos pela parte ludibriada.

59. ASSINALE A AFIRMATIVA CERTA:

- a) Os tapumes especiais são exigidos para impedir que os animais de grande porte ultrapassem os limites da propriedade.
- b) A coexistência de posses paralelas decorre da possibilidade do desdobramento da relação possessória.
- c) É permitida a alteração do regime de bens desde que os cônjuges manifestem a vontade em escritura pública.
- d) A diminuição do risco no curso do contrato de seguro acarreta automática e proporcionalmente a redução do prêmio estabelecido.

60. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) É elemento característico do negócio jurídico bilateral a previsão de obrigações para as duas partes.
- b) O proprietário pode realizar obras para represamento de águas em seu prédio mas, se as águas represadas invadirem prédio alheio, deverá indenizar o proprietário deste pelo dano sofrido. Entretanto, do *quantum* da indenização deverá ser deduzido o valor do benefício obtido pelo indenizado.
- c) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge aos demais.
- d) Nas hipóteses em que cabe ao incapaz responder pelos prejuízos que causar, ele não poderá ser dispensado de efetuar o pagamento da respectiva indenização.

61. ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA:

- a) No condomínio voluntário o condômino é obrigado, na proporção de sua parte, concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa e não pode eximir-se do pagamento das despesas e dívidas.
- b) As relações eventuais entre o homem e a mulher impedidos de casar constituem concubinato.
- c) No procedimento de fusão de sociedades é permitido aos sócios votar o laudo de avaliação da sociedade de que fazem parte.
- d) A oferta ao público, em regra, equivale à proposta quando encerra os requisitos do contrato, mas pode ser revogada se esta faculdade estiver prevista na oferta realizada e receber a mesma divulgação.

62. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) A discussão entre credores do insolvente somente pode versar sobre a preferência entre eles disputada.
- b) No contrato a título oneroso pode o credor contratar, exigir que o devedor lhe preste garantia real, ou fidejussória.
- c) Se vier a perecer, em razão de vício oculto e preexistente a coisa objeto do contrato de compra e venda que já se encontra em poder do adquirente, tem aplicação a regra *res perit domino*.
- d) O titular de crédito empenhado pode receber o pagamento independente da anuência

do credor pignoratício.

63. ASSINALE A ALTERNATIVA CERTA:

- a) Mesmo cassada a autorização para o seu funcionamento a pessoa jurídica subsiste até que se conclua a sua liquidação.
- b) O exercício, ainda que parcial, da tutela é indelegável.
- c) Paderá ser representado no casamento nuncupativa o nubente que estiver em iminente risco de vida.
- d) A culpa do terceiro elide a responsabilidade contratual da transportador por acidente com passageiro.

64. ASSINALE ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O adultério da mulher, por esta confessado, é suficiente para afastar a presunção legal a paternidade.
- b) A denuncia unilateral do contrato sempre produz efeito imediato.
- c) enquanto o titulo de credito estiver circulando não poderá ser dado em garantia, separadamente, os direitos que representa.
- d) o cônjuge tem direito a 1/3 (um terço) da herança se concorrer com ascendente do *de cujus*, em qualquer grau.

65. ASSINALE ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Na fiança conjuntamente prestada a um só debito, o compromisso de solidariedade entre os fiadores impede, por se só, que os fiadores invoquem o beneficio de ordem.
- b) O exercício de um direito pelo seu titular pode implicar a pratica de um ato ilícito.
- c) A dissolução da sociedade conjugal extingue de plena direita a bem de família.
- d) A responsabilidade da cedente, perante o cessionário, pela existência da crédito ao tempo em que se operou a cessão por título oneroso, somente se verifica quando aquele a tanto obrigou-se.

66. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) A decretação da extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu.
- b) Na distribuição da competência entre justiças diferentes, entre juízes superiores e inferiores e entre varas especializadas prevalece a interesse das partes.
- c) Os terceiros admitidas no processo de ação Direta de inconstitucionalidade na qualidade de *amicus curie* estão legitimados a proferir sustentação oral na sessão de julgamento.
- d) Na ação de desapropriação por utilidade pública a citação do administrador da coisa no caso de condomínio, salvo a de edifício de apartamentos constituindo cada um propriedade autônoma, dispensa a das demais condôminos.

67. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Resultando incontroversos os fatos afirmados pelo autor na petição inicial, em razão da admissão pelo réu como verdadeiros, o juiz pode julgar procedente a ação reivindicatória do imóvel em que o autor deixou de apresentar a certidão do respectivo registro imobiliário, visto que o comportamento do réu caracteriza confissão.
- b) Os opositos podem ser citados na pessoa dos seus respectivos advogados, mas o ato de chamamento não pode ser efetivada mediante simples publicação na imprensa oficial.
- c) A interrupção da prescrição é um dos efeitos processuais da citação.
- d) Somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida em ação popular é que poderá ser adotada medida cautelar contra a parte condenada.

68. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Se, na respectiva execução, verificar-se concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na art. 13 da lei nº 7347, de 24/07/1985, e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no

pagamento.

- b) Não é possível antecipar a tutela jurisdicional pretendida, com fundamento na incontrovérsia, quando o pedido formulado for único.
- c) É desnecessária a participação do Ministério Público na ação destinada a obter a
- d) condenação de servidor público a ressarcir danos patrimoniais decorrentes de ato de improbidade administrativa, se a ação tiver sido proposta pela pessoa jurídica lesada.
- e) Se o arrematante for o credor, este não poderá ser obrigado, em nenhuma hipótese, a exibir o preço.

69. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Não cumprir o decisório de uma sentença condenatória comum, como a que impõe um pagamento em dinheiro, assim como ocorre com o não cumprimento de um provimento mandamental, importa em desobediência a atos estatais, de modo que as duas situações comportam a reação da ordem jurídica e do Estado-juiz, já no sentido de punir o infrator, seja para coagi-lo legitimamente à cumprir.
- b) Segundo a concepção da ação como direito autônomo e concreto, o direito de ação independe da existência efetiva do direito material invocado.
- c) Não é abrangido pela eficácia preclusiva da coisa julgada o vício provocado pela falta de citação do réu no processo de conhecimento.
- d) No direito processual civil brasileiro, como regra geral, o juiz exerce jurisdição de direito tanto na jurisdição contenciosa" quanto na voluntária.

70. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O objeto da relação jurídica processual é o próprio objeto dos interesses em conflito.
- b) Em ação de reintegração de posse movida por "A" em confronto com "B:", sendo este detentor, pode nomear à autoria "C", possuidor indireto.
- c) Condenado por sentença penal transitada em julgado o motorista causador do acidente que resultou na morte de uma pessoa, é cabível o ajuizamento de ação de Conhecimento pelos filhos do falecido contra o referido motorista, com o objetivo de obter indenização pela morte, mas na referida ação não se pode discutir a respeito do fato e do seu autor.
- d) A ação declaratória não é via processual idônea para obtenção de certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratua!.

71. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) No processo cautelar o procedimento é unitário e indivisível.
- b) Na hipótese de substituição processual passiva, para que o substituto possa reconvir que postule direito do substituído contra o autor.
- c) O princípio da indelegabilidade corresponde à idéia de que a jurisdição só será exercida por quem tenha sido regularmente investido na autoridade de juiz.
- d) Não é terceiro juridicamente prejudicado o fiador com relação à sentença que decidiu a relação jurídica entre o credor e o afiançado.

72. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) O princípio da igualdade das partes, que lhes assegura paridade de tratamento processual, impede a atribuição de certas vantagens especialmente a cada uma delas.
- b) Em direito processual civil o termo objeção indica a defesa que só pode ser
- c) conhecida quando alegada pela parte.
- d) A morte de qualquer das partes comunicada após iniciada a audiência de instrução não obsta a continuação desta, mas impede que seja proferida a sentença antes de habilitados os sucessores do falecido.
- e) As regras previstas no Código de Processo Civil para a execução das obrigações de fazer, aplicam-se apenas subsidiariamente quando se tratar do cumprimento de sentença relativa à obrigação de fazer.

73. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Mesmo quando se denuncia *error in iudicando*, pode o objeto de mérito, no recurso, consistir em matéria estranha ao mérito da causa.
- b) A ação popular ajuizada contra o Presidente da República é da competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) A via processual que permite ao credor o ajuizamento da execução antes do trânsito em julgado da sentença condenatória é denominada- tecnicamente de exceção de pré-executividade.
- d) A circunstância de já ter sido julgado não impede que o processo seja reunido a outro se ficar caracterizada a presença de conexão.

74. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Na execução de sentença sujeita a condição, se o devedor não oferecer embargos à execução, o juiz não pode conhecer de ofício da falta de comprovação do implemento da condição.
- b) Na contagem do prazo previsto no artigo 2º da lei nº 9800, de 26/05/1999 ("A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.") não se aplica a regra do artigo 184, § 2º do Código de Processo Civil.
- c) A desistência do recurso formulada por um dos litisconsortes unitários faz cessar os efeitos da interposição apenas em relação ao desistente.
- d) A ausência de apresentação de procuração pelo advogado que interpôs o recurso especial pode ser sanada, desde que o suprimento ocorra antes do julgamento do recurso perante o Superior Tribunal de Justiça.

75. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Exercita função jurisdicional o Presidente do Tribunal que processa o precatório expedido em execução contra a Fazenda Pública.
- b) Não tem respaldo no sistema processual civil brasileiro a intervenção do Ministério Público no recurso de apelação ou de agravo de instrumento cujo julgamento observar o disposto no artigo 555 § 1º do código de Processo Civil.
- c) Obrigação líquida não é sinônimo de obrigação cujo valor esteja necessariamente
- d) determinado em moedas, nem é ilíquida a obrigação com objeto suscetível de determinação mediante meros critérios aritméticos.
- e) Ocorre alteração da *causa petendi* quando o autor, sem modificar o conjunto de fatos descritos na petição inicial, passa a atribuir aos mesmos fatos uma qualificação jurídica diversa daquela originariamente atribuída.

76. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) existindo litisconsórcio passivo, segundo as normas que regem o instituto, na podem cumular-se pedidos apenas contra parte dos litisconsortes.
- b) O Código de Processo Civil Brasileiro adota o sistema de procedimento do tipo flexível.
- c) Em direito processual civil a identificação das ações serve apenas para delimitar a extensão do julgamento a ser proferido.
- d) O juiz somente poderá autorizar a prestação não pecuniária prevista no art. 1701 do Código Civil se houver a anuência do alimentando capaz.

77. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) A extrapolação aos limites da demanda, permitida pelo artigo 461 do CPC, pode chegar ao ponto de criar uma situação final diferente daquela pedida pelo autor na demanda.
- b) A sentença que julga procedente *habeas data* tem natureza condenatória.
- c) Se Tribunal de Justiça, fundado em norma constitucional interpretada de maneira

divergente de outros Tribunais, negar provimento a recurso de apelação contra sentença concessiva de mandado de segurança, não é cabível contra o referido acórdão o recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.

- d) Em caso de falecimento do cônjuge meeiro supérstite antes da partilha dos bens do pré-morto, as duas heranças deverão ser inventariadas e partilhadas separadamente, ainda que os herdeiros de ambos seja os mesmos.

78. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Na reconvenção as partes devem figurar com a mesma qualidade jurídica que ostentam na ação originária.
b) O acórdão que, em ação direta, declara a inconstitucionalidade da lei, pode ser objeto de embargos de declaração e ação rescisória.
c) É ilegítimo o ajuizamento de ação civil pública sem a prévia realização de inquérito civil.
d) O terceiro juridicamente atingido por decisão judicial somente pode utilizar-se do mandado de segurança se também tiver ofertado o recurso cabível contra a referida decisão.

79. ASSINALE A ALTERNATIVA COREJA:

- a) A capacidade de estar em juízo corresponde, no plano processual à capacidade prevista na lei civil.
b) Para efeito de mandado de segurança considera-se direito líquido e certo aquele que, para o seu reconhecimento, não reclama a solução de tese jurídica complexa.
c) O inventariante, ainda que a legitimidade para representar o espólio em juízo.
d) A legitimidade do Ministério Público para promover a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos, relativos à infância e à adolescência, compreende também os interesses referidos no artigo 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal de 1988.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) As ações coletivas para a defesa de interesses difusos não induzem litispendência para as ações individuais, mas os autores destas *sempre* serão beneficiados pelos efeitos *erga omnes* da respectiva ação coletiva.
b) Se o autor estrangeiro e residente fora do Brasil não cumprir a sentença que determinou o reforço da caução prestada ao intentar a ação no Brasil, presume-se que desistiu da ação.
c) Se permanecer inerte, o condenado a emitir declaração fica sujeito a processo de execução.
d) A perda de uma faculdade ou de um poder ou direito processual caracteriza, sob a perspectiva objetiva, a preclusão processual.

81. A SOBERANIA POPULAR, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO:

- a) é fundamento da democracia representativa e manifesta-se apenas nas eleições dos representantes do povo;
b) é exercida unicamente por meio dos seus representantes e nunca diretamente pelo próprio povo;
c) significa que o povo tem poderes inerentes ao soberano e sempre diretamente exercido por ele próprio;
d) será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

82. SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE, NA FORMA DA LEI:

- a) atender aos anseios populares e ter votos suficientes nas eleições;
b) ser íntegro e ter a competência e experiência necessárias para o cargo eletivo pretendido;

- c) a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima para os cargos eletivos, nos termos da Constituição;
- d) as exigidas pelos Partidos Políticos para as candidaturas, dentre outras as de moralidade administrativa e competência, além das cotas para as mulheres nas hipóteses de eleições proporcionais para Deputados Federais e Estaduais;

83. AS HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADES:

- a) estão previstas no Código Eleitoral e resultam de decisões da justiça Eleitoral nele baseadas;
- b) são situações fáticas, sem previsão legal, apuradas em representações por abuso de poder econômico e político;
- c) estão previstas na Constituição Federal e ainda em lei complementar a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta;
- d) são situações de direito eleitoral, tipificadas como crimes eleitorais, tendo em vista a improbidade administrativa e as ilegalidades nos gastos nas campanhas, corrupção, fraude e abuso do poder econômico.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) somente as de números I e IV estão corretas;
- b) estão corretas as de número II e III;
- c) apenas a de número III está correta;
- d) somente a de número I correta.

84. OS PARTIDOS POLÍTICOS:

- a) devem ter caráter estadual, vedada a criação de partidos de base apenas municipal;
- b) têm assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias;
- c) após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei eleitoral, devem registrar seus estatutos no cartório de registro civil e o seu diretório nacional no Tribunal Superior Eleitoral;
- d) são instituições, com personalidade jurídica adquirida na forma da lei civil, cujo funcionamento independe de qualquer registro junto à justiça Eleitoral tendo em vis sua autonomia assegurada pela Constituição

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) apenas as de números II e IV estão corretas;
- b) somente a de número II está correta;
- c) estão corretas apenas a de números I e III;
- d) está correta apenas a de número IV.

85. A AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO:

- a) poderá ser proposta perante a justiça Eleitoral durante o período do exercício do mandato do parlamentar ou do titular do cargo eletivo do Executivo, a qualquer tempo" fundada em provas de corrupção e fraude eleitoral;
- b) deverá ser proposta no mesmo prazo do recurso contra diplomação, três dias após a expedição do diploma, instruindo-se a ação com provas pré-constituídas;
- c) somente poderá ser proposta se houver antes representação por abuso do poder econômico ou político julgada procedente pela justiça Eleitoral, no prazo de quinze dias após a proclamação dos eleitos;

- d) poderá ser proposta ante a justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

86. DAS DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

- a) não cabe recurso para qualquer outro Tribunal, salvo recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de contrariedade à Constituição da República, e recurso ordinário para aquela Suprema Corte de decisões denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança;
- b) podem ser interpostos recursos especiais ou extraordinários para o Superior Tribunal de justiça ou para o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso, se houver, respectivamente, violação de tratado ou lei federal ou da Constituição Federal;
- c) são cabíveis apenas embargos declaratórios, ou ainda ação rescisória em matéria de inelegibilidade, por serem irrecorríveis e terminativas em matéria eleitoral, inclusive de natureza constitucional;
- d) tem legitimidade para recorrer ao Supremo Tribunal Federal apenas o Ministério Público, por lhe incumbir, de acordo com a Constituição, a defesa do regime democrático.

87. A PROPAGANDA ELEITORAL

- a) e inteiramente livre, na imprensa, no rádio e na televisão, tendo em vista a liberdade de expressão garantida pela Constituição podendo se pagar, assegurado o horário gratuito aos Partidos políticos pela justiça Eleitoral.
- b) no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito, definido em lei, vedada a veiculação de propaganda paga.
- c) por meio de *outdoor* somente é permitida, nos termos da lei, após a realização de sorteio pela justiça Eleitoral.
- d) se for ofensiva a honra do candidato, não configurando crítica política, pode ter sua apresentação previamente vedada pela justiça Eleitoral ou interrompida de imediato pela Corregedoria Eleitoral.

Analisando as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) somente as de números II e III estão corretas;
- b) estão corretas as de números I e IV;
- c) as de número I, III e IV estão corretas;
- d) apenas a de número II esta correta.

88. SÃO CONDUTAS VEDADAS AOS ATENTES PÚBLICOS NAS COMPANHAS ELEITORAIS:

- a) a publicidade institucional de governo nos seis meses anteriores ao pleito;
- b) aquelas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos nos pleitos eleitorais, especificadas na lei das eleições;
- c) a nomeação para cargos em comissão ou dos aprovados em concursos públicos homologados nos seis meses que antecedem as eleições;
- d) ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes a administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas.
- b) estão corretas somente as de números II e IV;
- c) apenas as de números I e III estão corretas;
- d) todas estão erradas.

89. CONSTITUI CAPTAÇÃO DE SUFRAGIO, VEDAÇÃO POR LEI:

- a) as promessas de campanha eleitoral de caráter demagógico e sem fundamento em dados reais;
- b) a veiculação de propaganda eleitoral ilícita, captada pelos eleitores visando a induzi-los a erro na avaliação de fatos públicos e notórios
- c) o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos da lei das eleições;
- d) a captação, por escuta telefônica ilegal durante a campanha eleitoral, de informações de conversas com candidatos adversários sobre o sufrágio dos eleitores.

90. OS CRIMES ELEITORAIS:

- a) são de ação penal pública condicionada a representação do candidato ou do respectivo Partido Político;
- b) praticados pelos governadores de Estados, Senadores e Deputados Federais, são processados e julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral;
- c) são, por definição, crimes políticos, sujeitos a julgamento em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) são de ação penal pública incondicionada.

91. ASSINALE, EM TODAS AS QUESTÕES SEGUINTE, A ÚNICA RESPOSTA VERDADEIRA.

EM TEMA DE CONCURSO DE PESSOAS, A EXPRESSÃO "O CONCEITO DE AUTOR ASSUME UM CARÁTER EXTENSIVO" É COMPATÍVEL COM A ORIENTAÇÃO.

- a) da teoria subjetiva-causal.
- b) da teoria formal objetiva.
- c) da teoria final objetiva.
- d) da teoria que distingue entre autores e cúmplices.

92. EM TEMA DE CULPABILIDADE, CHAMADA "CO-CULPABILIDADE"

- a) não tem guarida no nosso sistema normativo penal.
- b) expressa-se na teoria da duplicidade do dolo.
- c) fica reconhecida no disposto no artigo 66 do Código Penal.
- d) propicia a chamada culpabilidade pela decisão de vida

93. EM TEMA DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO À LUZ DA LEI AMBIENTAL (LEI 9605/98)

- a) as penas dessa natureza, previstas no Código Penal, também podem ser fixadas pelo magistrado.
- b) o limite máximo à incidência dessas penas está em quatro (4) anos.
- c) a substituição da pena privativa de liberdade pode ser feita por duas penas restritivas em aplicação subsidiária do Código Penal.
- d) a pena de "*perda de bens e valores*" não poder aplicada nas infrações. definidas na lei 9605/98.

94. X, EM CONTRATO DE CAMBIO, ALÉM DE ATRIBUIR-SE FALSA IDENTIDADE, FAZ INSERIR INFORMAÇÃO MENDAZ NO ALUDIDO DOCUMENTO. COM O GANHO, ASSIM OBTIDO, DIRECIONA-O A CASA BANCÁRIA NO EXTERIOR. A DEFINIÇÃO TÍPICA DÁ-SE:

- a) exclusivamente pelo *caput*, do artigo 22, da lei 7492/86.
- b) exclusivamente pelo parágrafo do artigo 22, da lei 7492/86.

- c) pelo disposto no parágrafo único, do artigo 22, da lei 7492/86 combinado com o *caput* do artigo 21 da mesma lei, em concurso Imaterial.
- d) pelo disposto no *caput* do artigo 22, da lei 7492/86, combinado com o *caput* do artigo 21 da mesma lei, em concurso material.

95.J, TENDO ACESSO ÀS CINZAS, NO QUE SE CONSTITUIU O CADÁVER DE ALGUÉM, REMOVE-AS PARA OUTRO LOCAL, ASSIM IMPEDINDO A IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA.

- a) o fato é penalmente irrelevante.
- b) a remoção não se compreende nas condutas postas à identificação do núcleo típico atinente à incidência do artigo 211 do Código Penal.
- c) as cinzas não, podem constituir o conceito de cadáver na dicção do artigo 211 do Código Penal.
- d) incide o artigo 211 ao fato exposto.

96.H ESTÁ A VENDER MERCADORIA DE ORIGEM ANIMAL, ADQUIRIDA EM ABATEDOUROS CLANDESTINOS.

- a) perfaz-se o tipo inserto no inciso IX, do artigo 7º, da lei 8137/80
- b) perfaz-se o tipo inserto no artigo 272, do Código Penal, presente o princípio a consunção.
- c) perfaz-se o tipo previsto no artigo 272, do Código Penal, presente o princípio da especialidade.
- d) perfaz-se o tipo previsto artigo 272, do Código Penal, presente o princípio da subsidiariedade.

97.B, DIANTE DE BARREIRA POLICIAL, INSTADO PELO AGENTE PÚBLICO A IDENTIFICAR-SE, APRESENTA CÉDULA FALSA DE IDENTIDADE.

- a) o fato define-se pelo artigo 307 do Código Penal
- b) a conduta não guarda relevo penal posto que B foi, por outrem, obrigado a identificar-se.
- c) o fato define-se como uso documento falso.
- d) o fato não guarda relevo criminal presente o princípio da insignificância, que dirime a culpabilidade.

98.A EMPURRA CONTRA A PAREDE Y, ANCIÃ, SENÃO OS DOIS VER-SE-IAM PISOTEADOS POR PESSOA EM PÂNICO. Y SOFRE SÉRIAS LESOES.

- a) há o crime contra a integridade física em sua modalidade dolosa
- b) tem-se diante ausência de culpabilidade
- c) o fato encaixa-se como *vis absoluta*
- d) há coação física irresistível, no caso, porque ela sempre deve provir de fora do sujeito ativo, tal sucede na situação dada.

99.B ENTREGA A PESSOA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CHAMADO J, NA EMBAIXADA DO EGITO, DETERMINADA IMPORTÂNCIA PARA QUE ESTE, NO SEU PASSAPORTE, REGISTRE O PRAZO DE 2 ANOS A QUE B PERMANEÇA NO CAIRO. J NÃO ACEITA A ENTREGA DO DINHEIRO.

- a) consuma-se o tipo previsto no artigo 337-8 (corrupção ativa no plano internacional).
- b) o fato é penalmente atípico.
- c) consuma-se o tipo previsto no artigo 333 (é Corrupção ativa)
- d) não há o crime porque J não ostenta a condição de funcionário público para efeitos penais.

100. PARA OS QUE CONCEBEM A TEORIA DOS ELEMENTOS NEGATIVOS DO TIPO

- a) o ponto de partida a tal teoria está na relação tipicidade-culpabilidade.

- b) posicionam-se em compatível com o tipo avalorado.
- c) posicionam-se em concepção compatível com o tipo indiciário.
- d) posicionam-se em concepção compatível com o tipo como *ratio essendi* da antijuricidade.

101. T, FALSIFICANDO DIPLOMA DE BACHAREL EM DIREITO, LOGRA OBTER INSCRIÇÃO EM SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS. EM CAUSA PRÓPRIA, AJUÍZA PLEITO DE HABEAS-CORPUS, QUE, DENEGADO, MOTIVA-O A APRESENTAR PLEITO RECURSAL, QUE FORMALIZOU NO MESMO PROCESSO.

- a) T só responde pela falsificação de documento.
- b) T responde pela falsificação de documento e a contravenção prevista no artigo 47.
- c) A contravenção prevista no artigo 47 é o que define o fato, visto que a falsidade, no caso, carece do requisito do *praejudicium alterius*.
- d) A conduta é atípica porque T não comete falsificação por carecer, como dito, do requisito do *praejudicium alterius*, tampouco há conduta contravencional, porque restrita a um único ato processual.

102. A AFIRMAÇÃO "QUE A NORMA CONSTITUCIONAL RESTRINGIU A IMPRESCRITIBILIDADE AOS CRIMES DECORRENTES DA PRÁTICA DO RACISMO E NÃO AOS DECORRENTES DE OUTRAS PRÁTICAS DISCRIMINA TÓRIAS, TIPIFICADAS NO ARTIGO 20 DA LEI 7716, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 8081/90"

- a) é incorreta porque o texto constitucional transferiu à legislação a definição da prática de racismo.
- b) é correta porque o texto constitucional definiu o tipo penal racismo, de modo absoluto.
- c) é incorreta porque o texto constitucional não pode definir tipos penais.
- d) é correta porque o texto constitucional fez a distinção entre racismo e outras práticas discriminatórias.

103. O CHAMADO "DOLUS GENERALIS"

- a) identifica-se com a *aberratio ictus*.
- b) identifica-se com a *aberratio delicti*.
- c) identifica-se, no curso causal, pela crença em antecipação do resultado, todavia ainda não acontecido.
- d) identifica-se na *actio libera in causa*.

104. PELA DENOMINADA TEORIA UNITÁRIA DO ERRO,

- a) é relevante a distinção entre erro de tipo e de proibição.
- b) todo o problema do erro concentra-se na culpabilidade.
- c) o denominado erro de direito ganha relevância penal.
- d) o erro de direito inescusável tanto está em sede penal, quanto extra penal.

105. OS CRIMES CONTRA A HONRA:

- a) não é imprescindível que a pessoa ofendida seja objeto de expressa referência nominal, bastando designação, ainda que sabida por restrito círculo.
- b) o pedido de explicações é típica providência de caráter constitutivo do ilícito.
- c) a notificação prevista no artigo 144 do Código Penal é compulsória para que o ofendido consolide sua pretensão.
- d) a *exceptio veritatis* acolhida traduz-se em dirimente da culpabilidade

106. EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL:

- a) é ilimitado o acesso do advogado aos autos do mesmo.
- b) se lastreado, unicamente, em busca e apreensão considerada ilegal aplicá-se a doutrina do *fruits of the poisonous tree*.

- c) o arquivamento, motivado em deficiência do quadro apuratório, *rebus sic stantibus*, é definitivo.
- d) vale a afirmação de que há vícios (nulidades) procedimentais.

107. DIANTE DA CONCLUSÃO PERICIAL RELEVANDO A IMPOSSIBILIDADE DA DETERMINAÇÃO DA CAUSA DA MORTE, E EM QUADRO ÚNICO, RESTANTE NA LINHA PROBATÓRIA, DA CONTRADIÇÃO INVENCÍVEL ENTRE A VERSÃO DO ACUSADO E A DA IRMÃ DA VÍTIMA, O JUIZ PRONUNCIAM O RÉU, FORTE NO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*.

- a) cabe o ajuizamento de habeas-corpus porque não se tem diante questão de prova, mas de direito probatório.
- b) é válida a presença do *in dubio pro societate* no tópico descrito.
- c) à definição do *iudicium accusationis* opera-se também com o princípio da convicção íntima.
- d) a conclusão pericial, peremptória como feita, fecha a questão, não autorizando a pronúncia.

108. EM RELAÇÃO AO MAGISTRADO

- a) não pode votar em pleito de habeas corpus, cujo fundamento está na nulidade da citação editalícia quando, na instância *a quo*, presidira a produção da prova testemunhal.
- b) o princípio da identidade física do juiz funda-se na concentração dos atos processuais, e não em sua oralidade.
- c) se declarada a insubsistência da nomeação do magistrado, que haja participado de julgamento, mesmo assim não há nulidade do julgamento.
- d) cabe o trato regimental para o sistema substituição externa nos Tribunais.

109. EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- a) pode o Procurador-Geral, provocado por aplicação analógica do artigo 28 pelo juiz, discordar o pe I o de baixa dos autos do inquérito, subscrito por Procurador da República, e designar outro membro da Instituição a formalizar acusação.
- b) a hipótese anterior só é possível no caso do juízo, que é exclusivo, não delegado, do Procurador-Geral, pelo arquivamento.
- c) o Juiz prescinde da decisão do Procurador-Geral e pode, a seu juízo, indeferir o pedido de baixa, encaminhando os autos a outro membro do Ministério Público para denunciar.
- d) há ofensa ao princípio do Promotor Natural quando o Procurador-Geral, invocando a aplicação analógica do artigo 28, decide sobre pedido de baixa dos autos à complementação de diligências.

110. EM TEMA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

- a) está a mesma monopolizada no trabalho policial.
- b) o inquérito civil público e bastante a embasar persecução criminal judicial.
- c) ainda que o inquérito civil público preencha adequadamente o *fumus boni iuris* a legitimar a persecução criminal, é imperativa a formalização do procedimento criminal no próprio Ministério Público para o ajuizamento da denúncia.
- d) cabe ao Juiz, rejeitando a denúncia, indicar os dados de investigação, ausentes na peça acusatória, e então devolver os autos ao Ministério Público à complementação das investigações.

111. O PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL

- a) expressa o princípio institucional de previsão constitucional da independência funcional dos membros do Ministério Público.
- b) queda observado quando o Procurador Geral designa membro da Instituição a ação penal fora das suas atribuições originárias.

- c) queda inobservado quando há distribuição ulterior de autos de inquérito policial que, no plantão, tivera comunicação de flagrante examinada por outro membro da Instituição.
- d) impede manifestações discordantes dos membros da instituição, no mesmo processo, em caso de substituição legal.

112. O MINISTRO DA JUSTIÇA FORMALIZA REQUISIÇÃO FORA DO PRAZO DECADENCIAL.

- a) não há que se cogitar de prazo decadencial em hipótese de requisição.
- b) fora do prazo, como diz a afirmação, há decadência, e a questão está encerrada.
- c) a requisição constitui-se em condição objetiva da punibilidade.
- d) na hipótese aventada na afirmação o prazo decadencial é o prazo prescricional.

113. EM TEMA DE AÇÃO PENAL.

- a) o princípio de sua indivisibilidade alcança tanto a ação penal privada, quanto a pública.
- b) a "*delatio criminis*" - representação – no plano subjetivo vincula a pretensão punitiva a ser posta em juízo.
- c) a queixa subsidiária oferecida pode ser, imediata e subseqüentemente, inviabilizada por promoção do Ministério Público, assim limitada à apresentação de denúncia substitutiva.
- d) o aditamento da peça acusatória não conduz, necessariamente, à nova citação do réu.

114. O JUIZ T, DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, NO 5º DIA DO PRAZO AO APELO, RECEBE MANIFESTAÇÃO NESTE SENTIDO E ABRE VISTA AO ARRAZADO RECURSAL, QUE É OFERECIDO NO 11º DIA.

- a) A Turma Recursal não conhece do apelo porque as razões foram trazidas Extemporaneamente.
- b) A Turma Recursal não conhece do apelo porque no procedimento alusivo aos Juizados Especiais não incide o disposto no artigo 601 do c.P.P.
- c) A Turma Recursal conhece do apelo.
- d) A Turma Recursal não conhece do apelo por inobservado, no caso, o princípio da unicidade recursal.

115. J, SERVIDOR MILITAR, SUBTRAI CARTÃO DE CREDITO E A RESPECTIVA SENHA DE Y, CIVIL, EM LOCAL SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR. PROVENDO RECURSO ALUSIVO AO TEMA DA COMPETÊNCIA, O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR DETERMINA O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA EM SEDE CASTRENSE, PELO DELITO DE ESTELIONATO.

- a) equivoca-se o julgado colegiado porque a competência é da justiça comum, e não cabe a conclusão pelo recebimento da denúncia.
- b) está correto o julgado porque a competência é mesmo da justiça Militar e, na presença do *fumus bOni iuris*, a denúncia é de ser recebida.
- c) equivoca-se o julgado porque a despeito de estar correta a determinação pelo recebimento da denúncia, a competência é da justiça comum.
- d) equivoca-se o julgado porque a competência, sendo da justiça Militar, todavia há desacerto na determinação pelo recebimento da denúncia.

116. X MANTÉM EM CÁRCERE PRIVADO TESTEMUNHAS OCULARES DE CRIME QUE PRATICOU. ABSOLVIDO, E ALCANÇADO O TRÂNSITO EM JULGADO, LIBERA AS TESTEMUNHAS.

- a) o caso não admite a revisão *pro societate* da decisão absolutória.
- b) o caso admite a revisão *pro societate*.
- c) o caso assemelha-se ao uso de falsa certidão de óbito a que se declare a extinção da punibilidade do autor do crime.
- d) fica, na hipótese, reconhecido limite subjetivo da coisa julgada.

117. O PRINCÍPIO *DETEGERE NEMO TENETUR SE DETEGERE*

- a) não tem assento constitucional.
- b) restringe-se ao momento processual.
- c) autoriza a pessoa investigada a não participar da reconstituição do crime.
- d) não necessita ser observado nos ritos processuais especiais.

118. EM TEMA DE LIBERDADE PROVISÓRIA

- a) ela não se distingue do relaxamento do flagrante ou da revogação da preventiva.
- b) ela se distingue do relaxamento do flagrante ou da revogação da preventiva.
- c) é ilegal o procedimento que, não se tendo caracterizado o flagrante, autoriza a decretação da preventiva.
- d) o registro negativo único sobre inquérito policial a que responde a pessoa, na
- e) folha de antecedentes, é bastante a eliminar a concessão da liberdade provisória para apelar.

119. EM SEDE DE PRISÃO TEMPORÁRIA:

- a) prescinde-se do princípio da necessidade da restrição à liberdade.
- b) é autorizada sempre que o denunciado não tiver residência fixa.
- c) as hipóteses à sua decretação devem ser combinadas entre si.
- d) as hipóteses à sua decretação devem ser combinadas entre si, e com as mais hipóteses da prisão preventiva, para que se valide.

120. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE

- a) é o outro nome para o princípio da inafastabilidade do Poder judiciário, ou seja, qualquer lesão ou ameaça de lesão deve ser obrigatoriamente submetida a exame do Poder judiciário.
- b) impõe a postura unilateralmente acusatória ao membro do Ministério Público.
- c) obriga o Poder judiciário a declarar o direito aplicável à controvérsia: *jura novit curia*.
- d) impede que se fale em decadência processual para o Ministério Público.

Procuradoria Geral da República
20º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador da República
Gabarito Oficial da Prova Objetiva

Grupo I

1.	A	2.	C	3.	B	4.	D	5.	C	6.	A	7.	C	8.	B	9.	C	10.	B
----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	----	---	-----	---

11.	C	12.	C	13.	D	14.	C	15.	C	16.	C	17.	D	18.	D	19.	D	20.	B
21.	A	22.	C	23.	D	24.	C	25.	C	26.	B	27.	B	28.	B	29.	D	30.	D
31.	A	32.	A	33.	C	34.	D	35.	A	36.	C	37.	B	38.	B	39.	D	40.	A

Grupo II

41.	B	42.	C	43.	A	44.	B	45.	D	46.	C	47.	C	48.	D	49.	D	50.	A
51.	C	52.	A	53.	B	54.	D	55.	A	56.	C	57.	D	58.	C	59.	B	60.	B
61.	D	62.	B	63.	A	64.	C	65.	B	66.	D	67.	B	68.	A	69.	C	70.	B
71.	A	72.	D	73.	A	74.	B	75.	C	76.	D	77.	C	78.	A	79.	D	80.	B

Grupo III

81.	D	82.	C	83.	C	84.	B	85.	D	86.	A	87.	A	88.	B	89.	C	90.	D
91.	A	92.	C	93.	D	94.	C	95.	D	96.	A	97.	C	98.	B	99.	B	100.	D
101.	A	102.	A	103.	C	104.	B	105.	A	106.	B	107.	A	108.	C	109.	D	110.	B
111.	A	112.	B	113.	D	114.	C	115.	D	116.	A	117.	C	118.	B	119.	C	120.	D